

A PREPONDERÂNCIA DA "SOCIEDADE POLÍTICA" NO PERÍODO POPULISTA BRASILEIRO

AIRES JOSÉ ROVER
Mestrando em Direito na UFSC.

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto de um trabalho conjunto de alunos e professor na disciplina monográfica sobre **GRAMSCI**, realizada por este curso de pós-graduação. Seu objeto imediato se resumiria na constatação da existência ou não de um processo de construção de um poder hegemônico a partir da sociedade civil brasileira, no período populista de 1945-64.

A base de toda discussão se encontra na relação entre sociedade civil e sociedade política, conceitos centrais na análise gramsciana. Esta diferenciação gramsciana é apenas didática. A sociedade política, por um lado, seria todo o complexo estrutural administrativo e político, cujas funções principais seriam a de monopólio dos meios de coerção, da adjudicação e da legislatura. A sociedade civil, por outro lado, seria todos os demais organismos não centralizados e autônomos, que representam diversificadamente todos os interesses que perpassam a textura social. Esta teria

como agentes principais o que GRAMSCI chama de aparelhos privados de hegemonia, que em última análise teriam a função de buscar e criar um consenso mínimo nacional, principalmente através da ideologia ou da concepção de mundo que eles promovem.

Ao adotar essa dicotômica separação burguesa sociedade política e sociedade civil, GRAMSCI dá ênfase à relativa autonomia da última, formada que é pelas escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, organismos profissionais, meios de comunicação, institutos de caráter científico e artístico. Dessa forma, o lugar da sociedade civil é notadamente o lugar da ideologia, ou seja, onde é produzido uma forma específica de entender o mundo. Portanto, em Gramsci, ideologia e filosofia se identificam, unidade esta que se dá entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a ela. Isso quer dizer que a sociedade civil, bem como a sociedade política, faz parte da superestrutura.

Preocupando-se preponderantemente com a superestrutura, GRAMSCI tem consciência de que a ideologia de classe dominante se faz hegemônica entre as classes populares, notadamente o operariado e o campesinato, fato que exige uma transformação revolucionária das consciências, ou seja, uma mudança na concepção de mundo e de poder. Essa ação revolucionária nada mais seria que a formação de um novo bloco histórico. Exigiria a passagem por três momentos diferentes:

- 1) transpor a total inconsciência do nível coletivo, permeado pelo individualismo;
- 2) transpor a consciência unicamente de classe, corporativista, relativa a interesses imediatos e econômico;

3) adquirir a consciência universal de classe revolucio-nária, que abarca o consentimento da totalidade social. Essas três etapas fariam parte do que GRAMSCI nomeou de luta pela hegemonia, um processo que exige a transposição e superação do momento de dominação pela força. Para tanto, é necessário buscar-se o consenso das mas-sas trabalhadoras, urbanas e rurais. Assim sendo, di-ferentemente da dominação, fundada no poder em si, na coerção, a hegemonia decorre desse respeito às pluralidades, o que lhe garante eficácia prática, via ade-são das massas. Há o pressuposto de que o poder hegemônico oferece condições que respondem aos interesses da sociedade como um todo. Isso, contudo, não elimina a perspectiva de classe, ou seja, a hegemonia de uma classe sobre as demais, que se dá não apenas em função do seu poder econômico, mas principalmente através do consentimento das demais aos seus padrões culturais e políticos, obtido na forma de um trabalho educativo e não de controle e cooptação. Fica claro que essa vi-são teórica é de perspectiva cultural.

Quando, porém, a modificação da situação ocorre com vis-tas à manutenção do domínio que já não se mantém, ou seja, quando o bloco histórico posto entra em crise, a tendência desse poder agonizante é empreender um movimento de transformação de cima para baixo. São dois os momentos que caracterizam esse processo de re-volução pelo alto; um momento de restauração, ou seja, de reação à possibilidade efetiva e radical de transformação de baixo para

cima e um momento de **renovação**, onde as demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas camadas dominantes. Isso, porém, não impede que ocorram modificações efetivas na composição da sociedade, notadamente um remanejamento das relações de classe e até a constituição de uma sociedade caracteristicamente de massa.

Enfim, partindo-se desses pressupostos teóricos e tendo-se em vista a relação entre sociedade política e sociedade civil, procurou-se avaliar alguns fatos ocorridos no Brasil do período populista pós 1945. O que se buscou pôr em evidência foi o tipo de concepção de mundo e de poder que se fizeram presentes nesse período e suas ligações com o período anterior, cujo marco inicial foi a revolução de trinta; foi entender se houve uma construção mínima de hegemonia e com ela a edificação da sociedade civil. Por fim, a preocupação última foi a de se vislumbrar que tipo de desenvolvimento empreendeu-se no Brasil populista, levando-se em conta qual ordem política se tinha por modelo, democrática ou não.

DISCUSSÃO DO TEMA

A questão da formação do Estado nacional com uma sociedade política que estivesse acima da civil era posta como essencial no período imediatamente anterior a 1945, o que tornava importante alguns traços desse processo de formação e desenvolvimento do Estado brasileiro, vislumbrando-se primordialmente qual a **sua** capacidade de mobilização e implementação da competição política ou se se deteve apenas na implementação de um crescimento

econômico.

No período anterior a 1930, de dominação oligárquica, a primeira constatação que se deve fazer é aquela referente à imi-gração dos europeus no mercado de trabalho livre. Possibilitou a modificação das relações de trabalho, até então escravocrata, bem como da concepção de mundo político e social.

A partir desse primeiro passo inicial dado pelas elites ao abrir o espaço econômico para uma forma liberal de relação capital-trabalho, todo um processo econômico de modernização se faz presente, porém lenta e gradualmente. A industrialização e a urbanização começam a promover uma forma diferente de ver as coisas, agora mais dinâmica, mais veloz, e por isso mesmo, mais discriminadora em sua vontade de acumulação e desenvolvimento, tendo como atores, novos grupos e camadas sociais, tais como os empresários industriais, a alta burocracia estatal, os militares e os diferentes segmentos da intelligentsia brasileira (intelectuais, estudantes, profissionais liberais, etc). As relações que se estabelecem possuem um forte sentido capitalista de acumulação, legítimo, mas marcado por um coronelismo próprio de chefes agrícolas, onde todo tipo de reivindicação social era considerado como **caso de polícia**.

Da mesma forma, no âmbito político, com a proclamação da república e com a instalação de um estado federativo, não se constatam grandes diferenças: *"A elite política do império, impregnada pelas práticas e valores de uma sociedade rural e escravocrata, ao ser afastada do poder, vê-se substituída por uma nova elite (inclusive em termos geracionais) que sendo mais federalista que abolicionista prefere a descentralização regional a um incremen-*

to da participação política" (TRINDADE, 1985, p.65). Pois então, esse período se caracteriza não pela vitória de uma ação liberal mínima, mas pela inexistência da competição política (via participação geral da sociedade civil) e da concorrência econômica (via a constituição de um mercado livre e autônomo). Portanto, o início da vida republicana nacional é marcado pela relação clientelista entre sociedade política e sociedade civil, onde a ação da primeira era limitada; onde havia um mercado nacional de alcance reduzido e onde as classes dominadas e alienadas se solidarizavam basicamente com os patrões e chefes locais.

Esse tipo de organização do poder começa a se degenerar, face sua ineficiência em dar respostas aos grandes problemas que surgem a nível econômico e social. Ocorre então, a formação do Estado nacional através da revolução autoritária de 1930. As condições de transformação social e principalmente econômica, passam a se dar numa situação de capitalismo atrasado (sem um mercado nacional mínimo), onde a sociedade política, e não a sociedade civil, passa a promover um projeto de desenvolvimento capaz de gerar uma estrutura mais complexa, mas nem por isso mais moderna. Isso significa que esse projeto que envolve uma industrialização e urbanização do modelo nacional está marcado umbilicalmente por uma ruptura que se expressa na incapacidade de torná-lo hegemônico. É portanto, fruto de uma modernização fechada à participação das massas, o que caracteriza ter havido uma nova aliança entre as elites que permitisse o controle da sociedade e do modelo de desenvolvimento. *"Embora percam a exclusividade da representação, as elites agrárias não são alijadas do poder. No novo arranjo políti-*

co, elas, dividem o poder com o mundo industrializante, sob o patrocínio de um estado significativamente autônomo" (REIS, 1982, p.340). Portanto, o fator diferenciador que surge com a revolução de 30 é a constituição de uma sociedade política autônoma frente à sociedade civil, que inclui simultaneamente, um componente de coerção física e outro de manipulação ideológica.

No Brasil não realizou-se uma revolução burguesa ou de libertação nacional, visto que foi possível encaminhar um projeto de modernização econômica sem se buscar uma modernização política. Verifique-se que toda grande revolução burguesa tem por primeiro objetivo criar um verdadeiro Estado moderno, com sociedade civil forte e autônoma, o que no Brasil não foi necessário. Eis alguns dados centrais do movimento autoritário brasileiro.

- 1) a grande propriedade latifundiária transforma-se em empresa capitalista agrária, colocando-se setores dessa elite agrária, ligada ao mercado interno, à frente da revolução de 30;
- 2) há a internacionalização do mercado interno;
- 3) há a participação do capital estrangeiro no processo de industrialização;
- 4) inicia-se um processo de industrialização e urbanização rápidas que torna complexa a estrutura social;
- 5) a construção e manutenção de uma sociedade política centralizadora, visto que essa transformação capitalista é incrementada pela sua ação: "A *passagem para o capitalismo ocorre sem alterações na estrutura agrária. Em lugar de uma autêntica revolução, de baixo pa-*

ra cima, realizam-se arranjos de cúpula, de cima para baixo. Todas as grandes alternativas concretas vividas pelo nosso país, direta ou indiretamente ligadas aquela transição (independência, abolição, república, modificação do bloco de poder em 30 e 37, passagem para um novo patamar de acumulação em 64), encontraram uma resposta "a prussiana" (COUTINHO, 1980, p.71-72). Toda sua estratégia era legitimada pelo acordo entre frações das classes economicamente dominantes (cuja intervenção garantia-lhes as atividades, o lucro e o poder desejados) e fundamentada na exclusão das forças populares, através da utilização de aparelhos representativos e da política corporativa (cooptação);

- 6) um novo bloco de poder se constitui, eliminando subalternamente a fração oligárquica ligada à agricultura exportadora e cooptando as lideranças moderadas da camada média, qual sejam, os tenentes;
- 7) a massa pouco organizada era representada por um partido fraco que recusou-se a participar da dita revolução, determinando a partir daí um sistema partidário que impede a articulação de alternativas políticas necessárias para o desenvolvimento político e econômico do Brasil, o que significa dizer que tal sistema foi anteposto por uma estrutura estatal centralizada (dificultando a institucionalização deste e estimulando a política clientelista ou populista). Portanto, mesmo nesse momento histórico pode-se verificar o encaminhamento econômico para um modelo monopó-

lista do capitalismo e o início da formação do "estado burocrático autoritário", coisa que somente com o gol-pe de 1964 foi definitivamente consolidada.

O período populista, por mais paradoxal que possa ser, parece não deixar de ser o contínuo desse movimento que nasce em 30, cuja meta central era compreender uma política econômica de crescimento, num sistema capitalista atrasado e dominado pelo poder oligárquico. Sua preocupação, portanto, foi com a construção do **estado corporativo** tão almejado por **OLIVEIRA VIANA** e não com a democracia, entendida esta como constitutiva de um espaço de resolução de conflitos com a participação de todas as parcelas de sociedade, ou seja, um espaço que garanta às massas e às classes populares um poder de decisão sobre o presente e o futuro da nação. Ora, a constatação é a de que no Brasil esse processo de participação sempre foi marcado por conotações autoritárias e paternalistas, mesmo no período de democracia representativa de 1946-64. "*Em geral, o pouco de democracia que houve no Brasil em 1946-64 ficou em algumas cidades, em alguns setores sociais burgueses e médias cidades*" (IANNI, 1985, p.19).

O populismo foi expressão do avanço das alianças das classes dominantes que viam no atraso econômico do país um perigo face o avanço das reivindicações populares não respondidas. Para tanto o modelo antigo de domínio não podia mais prevalecer da forma como se dava, tendo-se que apelar para o apoio da incipiente burguesia nacional, sem eliminar, contudo, grupos oligarcas tradicionais. Essa situação de aliança, que perdurou no período ora analisado, demonstra claramente que não era hegemônica, e na medida em que o

tempo avançava, teve que apelar para um modelo de sociedade política que se situasse acima das classes, servindo umas, cooptando outras, reprimindo-as quando necessário. Dessa forma, ela necessitava:

- 1) *prevenir e controlar as organizações das classes populares (pela implantação da legislação trabalhista e do compromisso político);*
- 2) *utilizar o Exército, como aparelho de Estado, para tutelar sua ação desenvolvimentista, embora o Exército freqüentemente assuma posições autônomas;*
- 3) *corporativizar as organizações de classe, a despeito das tentativas de autonomização*
(ALVES DE BRITO, n. 670, p.188).

Havia a necessidade de melhor controlar as demandas que passaram a ser mais visíveis com a industrialização e urbanização aceleradas; a sociedade política coopta toda uma classe dando-lhe de presente uma legislação que não fazia até o momento jus às lutas empreendidas pela mesma, impondo-lhe naturalmente uma condição que lhe impedia sair de sua minoridade, de uma consciência meramente imediatista e econômica. Viu-se, portanto, no Brasil, um movimento trabalhista e sindical vinculado umbilicalmente à atuação da sociedade política, sem liberdade nem autonomia, sem lide-ranças legítimas nem uma participação consciente da classe, o chamado corporativismo. Através dele foi possível manter o controle de todos os movimentos populares, que nasciam preponderantemente nos centros urbanos. Ao contrário, no campo manteve-se o sistema de propriedade da terra e das relações de trabalho, permitindo-se,

assim, assegurar as bases do poder latifundiário.

Qual concepção de democracia estaria por trás dessa forma autoritária de entender a atuação da sociedade? Sem dúvida, o entendimento geral recaía sobre a convicção de que a sociedade brasileira não tinha instituições que garantissem a segurança de todo o sistema, o que legitimava toda e qualquer forma de intervenção, seja através da legislação trabalhista e da organização sindical, seja através de uma política de protecionismo econômico e também, da intervenção da considerada única força nacional organizada e disciplinada, os militares: "*a sociedade era lembrada (OLIVEIRA VIANNA), não como espaço para a política, mas pelo seu suposto amorfismo, pela sua suposta incapacidade de organização e de representação*" (WEFFORT, 1986, p.91); "*Assim, a imperfeição e o mau funcionamento das instituições civis brasileiras criam a necessidade da intervenção militar no processo político (FERNANDO PEDREIRA)*" (IANNI, 1985, p.26).

Esse tipo de desenvolvimento que marca o período ora analisado faz com que a moderna sociedade de massas não surja, mantendo-se a divisão de classes a mais radical, mas minimizada pela ideologia de uma pseudo unidade nacional e por todo tipo de mão-brá política conciliatória, que não supera as diferenças e contra-dições, muito pelo contrário, busca dissimulá-las, escondê-las. Porém, na medida em que a sociedade civil tende a se tornar mais complexa e tende a exigir sua maior participação no processo de modernização, esse tipo de controle pelo poder central abre brechas permanentes de crise, visto que o bloco histórico e a hegemônia não se firmam. Essa crise passa necessariamente por um esta-

do ambíguo de modernização, sem solucionar o problema permanente de consolidação de uma visão de mundo nacional-universal, ou seja, a hegemonia da sociedade civil. *"Na realidade, a singularidade do sistema político brasileiro é a sua persistente hibridez ideológica e institucional, combinando estruturas e práticas políticas autoritárias e liberais. Desse traço básico que se mantém associado ao tipo de dominação da formação social brasileira desde a fase colonial, decorre a hegemonia do padrão autoritário combinado com surtos de expansão liberal, frustados geralmente, por crises po-líticas e instabilidades cíclicas"* (TRIN-DADE, 1985, p.70) É essa ambigüidade que tem permitido avanços, mesmo em lugares considerados fechados como foi o ocorrido no período de intensa movimentação do operariado nos anos anteriores ao golpe de 1964, que superaram até certo ponto o controle do estado. Ora, o corporati-vismo sindicalista por um lado e a democracia representativa via pluralismo partidário que tinha lugar num parlamento por outro caracterizam justamente a ambigüidade desse período.

A questão que se coloca a partir do populismo no Brasil é a da construção da democracia e não tanto a da modernização econômica via o capitalismo. Há o consenso de que a industrialização no período foi um processo de *"substituição de importações"*, onde teve papel preponderante a tecnologia importada, necessária para empreender o surto repentino a uma taxa relativamente alta de crescimento industrial. Sem dúvida que a sociedade política era im-prescindível nesse processo, bem como necessária para amenizar as suas contradições, tais como um desequilíbrio crescente na distribuição de renda. Não se quer aqui afirmar a não-necessidade his-

tórica da sociedade política. O seu surgimento marcou o aprimoramento da ideologia autoritária, seja de direita ou de esquerda, conseqüência da atuação de novos grupos na cena política brasileira. O que se quer é chamar a atenção para essa forma de modernização que colocava a sociedade política como elo fundamental na corrente que dava forma a nova sociedade brasileira. Cabe perguntar se sua superação ocorreria na medida em que se garantisse a cena política como um espaço de liberdade e de reivindicação e não de mera garantia da segurança econômica? Certo está que nossa história é marcada pela dominação mais que pelo consenso; Aquela é preponderante na vida política brasileira, notadamente em momentos onde há a possibilidade de mudanças em favor dos movimentos populares. Por isso aquele dito: **façamos a revolução antes que o povo a faça**. Dessa forma, o mínimo equilíbrio de forças que se mantém por um período de relativas liberdades e de exteriorização da cidadania popular é rompido com a quebra permanente das regras do jogo democrático (sempre consideradas como provisórias mesmo que estejam inscritas formalmente na Constituição), através de manobras palacianas ou congressuais, bem como com o uso irrestrito da violência. A sociedade política nesse caso, em sua relativa autonomia em relação às classes, não chega a vislumbrar como preponderante a tarefa elementar de tornar-se apenas um mediador político, visto que é um mediador econômico: *"No caso brasileiro, o estado não enfrentou, pela ausência de uma diversificação social ligada a um desenvolvimento mais íntimo da economia e dos níveis de urbanização, como ocorre na Argentina, o desafio de mediar entre interesses sociais conflitantes; não se viu ele na contingência de celebrar alianças políticas típicas com um setor urbano*

combativo, como se observa historicamente no caso da Inglaterra, nem se aliar com um campesinato independente, como ocorreu no caso francês" (REIS, 1982, p.339).

O que se verifica, portanto, no período de 45-64, é a incapacidade da burguesia nacional insurgente de se fazer hegemônica perante toda sociedade brasileira, haja visto que seu projeto de nação não passava por uma revolução político liberal, onde as alianças com os setores populares e combativos se fazia necessário, mas girou em torno de uma reforma econômica que visasse a repartição dos privilégios dos setores que até então dominavam, sem contudo eliminá-los. Para isso teve que se submeter a aceitar a aliança com o poder central, eliminando a possibilidade de de-senvolvimento via a sociedade civil, bem como aceitar sua vinculação com o capital internacional. Isso, por não querer aceitar um papel marginal na economia, e portanto, por pretender assegurar a reprodução dos mecanismos de acumulação.

A grande questão que surge a partir desse projeto que já nasce em 30 é a necessidade de se garantir um espaço de atuação importante para a sociedade política, que teria a incumbência de pôr em prática o crescimento econômico almejado pela burguesia nacional. Para tanto, esse **estado corporativo** armou um espaço de cooptação para com as classes populares, que em seu avanço pos em perigo a própria lógica de acumulação do sistema. Dessa forma, a única resposta possível a esse perigo não passaria por outro lugar senão por uma atuação forte da sociedade política, incapaz de mediar tais conflitos, visto que também punha em perigo a sua própria reprodução, desfechada definitivamente com sua burocratização

a partir de golpe de 64.

Finalmente, não é mais possível querer pensar a nação brasileira, livre e moderna, sem que se repense o papel da sociedade política. O processo de construção do Estado brasileiro, ambíguo no período populista, antes de ser econômico, deveria ser um processo de construção de uma democracia. Esta, porém, exige espaços simbólicos de livre pensar e discutir, onde o indivíduo e a coletividade no seu cotidiano possam resolver seus conflitos de modo autônomo e fundado numa visão de mundo eticamente responsável. A própria democracia é a construção dessa visão, que pressupõe a possibilidade de participação de todos os setores no espaço cultural, uma revolução cultural, que permitiria uma igualdade de condições quando do embate político, quando dos processos argumentativos, sem que se recaia novamente na necessidade de uma vanguarda intelectualizada que substitua a ação política das forças populares, novamente tuteladas. Estas teriam a tarefa fundamental de exigir uma nova aliança, política por excelência e interessada em manter todos os setores da sociedade civil soberanos e participantes. Para isso, não só a economia é importante, não só o ideológico, mas o simbólico. Somente com a garantia desses lugares vazios e abertos é possível se quebrar essa lógica perversa que marcou o populismo nacional: controlar, seja pelo consenso (cooptado), seja pela violência (das decisões de gabinete ou das armas em punho), e manter uma fachada de democracia representativa. Contudo, onde existe a possibilidade da discussão, existe a possibilidade da democracia e esta se fez presente em sua plena ambigüidade de 1945 a 1964.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES DE BRITO, Vera Lúcia. **Relação estado x sociedade no período populista**. Nº 670, Belo Horizonte, UFMG.
- COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- IANNI, Otávio. **O ciclo da revolução burguesa**. 2.ed. Vozes, 1985.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- _____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- REIS, Elisa Maria Pereira. Elites agrárias, **state-building** e autoritarismo. In: **Revista Dados**, nº 3, Rio de Janeiro, IDPERJ, 1982.
- TRINDADE, Héglio. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e praxis autoritária (1822-1945). In: ROUQUIE, Alain e outros. **Como renascem as democracias**. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- VIEIRA, Evaldo. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**. 2.ed. Cortez, 198. 149p.
- WEFFORT, Francisco. **Por que democracia?** 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.